



## **CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR**

### **ATA Nº 08/2012**

#### **REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 29 DE MARÇO DE 2012**

Aos vinte e nove dias do mês de Março de dois mil e doze, nesta cidade de Rio Maior e na sala de Reuniões sita nos Paços do Concelho reuniu extraordinariamente a Câmara Municipal de Rio Maior, sob a presidência da Dra. Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Morais, estando presentes os Vereadores, Dr. Carlos Fernando Frazão Correia, Dra. Sara Maria Carapito Silva Fragoso, Dr. Nuno Leal Santos da Veiga Malta, Dr. Silvino Manuel Gomes Sequeira, Dr. Carlos Alberto Nazaré Almeida e Dra. Ana Cristina Lobato Pinto Fróis de Figueiredo e Silva. -----

#### **INÍCIO**

Quando eram dez horas, verificando-se a existência de quórum a Presidente, Dra. Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Morais, declarou aberta a reunião. -----

***Seguidamente, a Presidente, propôs um voto de pesar pelo falecimento do funcionário Manuel Vitorino Diniz, tendo efetuado a leitura do mesmo: -----***

*“No passado dia 10 de Março deste ano faleceu Manuel Vitorino Diniz. -----*

*O Sr. Diniz como era amigavelmente conhecido por todos, era funcionário da Câmara Municipal de Rio Maior desde Maio de 1996. -----*

*Iniciou as suas funções nesta Autarquia como Motorista do Pesados, no sector de Obras Públicas, desempenhando também funções nos sectores de Ação cultural e de Trânsito e Toponímia, onde à data do falecimento desempenhava funções na Subunidade de Trânsito, Toponímia, Sinalética e Estacionamento, nomeadamente, na vigilância de parques do estacionamento cobertos. -----*

## ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA DE 29 DE MARÇO DE 2012

*A sua simpatia natural, o seu gosto pela vida e a sua relação afável com todos os colegas são traços que ficarão para sempre na memória daqueles que privaram com este homem que nos deixou há alguns dias.-----*

*Foi um funcionário dedicado, profissional respeitado e um riomaiorense que soube viver ao máximo a sua terra.-----*

*O Executivo da Câmara Municipal de Rio Maior verga-se sobre a sua memória, aprovando o presente voto do pesar e guardando um minuto do silêncio. -----*

*Do presente voto será dado conhecimento à família e à Comunicação Social.”*

***Foi cumprido um minuto de silêncio em memória do funcionário Manuel Vitorino Diniz. -***

O presente voto de pesar fora subscrito por todos os membros do Executivo. --

### **ORDEM DO DIA**

#### ***EVOLUÇÃO DO DESEMPREGO NO CONCELHO DE RIO MAIOR -----***

A Presidente da Câmara interveio, solicitando à Técnica responsável pelo Gabinete de Inserção Profissional (GIP), Dra. Vanda Nunes, que apresentasse o trabalho que fora desenvolvido no âmbito do referido gabinete, relativamente ao desemprego no Concelho de Rio Maior, no ano de 2011. -----

A Dra. Vanda Nunes, presente na sala de reuniões de Câmara, fez a apresentação do referido trabalho através da projeção de alguns diapositivos, sobre a Evolução do Desemprego no Concelho de Rio Maior, no ano de 2011.-

De seguida a Presidente da Câmara interveio para agradecer à Dra. Vanda Nunes o trabalho apresentado, agradecendo, ainda, aos trabalhadores que integram o GIP, realçando a forma empenhada e profissional com que desempenham as suas funções, bem como a sensibilidade que têm demonstrado para uma problemática que a todos preocupa e que é um

problema nacional. -----

Seguidamente, a Presidente leu um excerto de um artigo de jornal relativo ao subsídio de desemprego: *“O subsídio de desemprego aumenta pressão no Orçamento de Estado rectificativo. Em fevereiro, a Segurança Social aceitou em média, novecentos pedidos de subsídio de desemprego, diariamente. No total foram atribuídas vinte e sete mil cento e quarenta e uma novas prestações, em termos de subsídios.”*-----

Continuando no uso da palavra, a Presidente informou que recebera informação relativamente aos números do desemprego, por freguesia do Concelho de Rio Maior, até 31 de Dezembro, referindo-se, apenas, aos números mais significativos das freguesias de Rio Maior, designadamente Alcobertas com sessenta e nove, S. João da Ribeira com quarenta e um, trinta e seis em Asseiceira e trinta e dois em Fráguas. -----

Salientou, também, o relacionamento e o trabalho de parceria estabelecidos com o Instituto de Emprego e Formação Profissional, referindo a integração de quatrocentas e noventa e sete pessoas em diversas medidas de apoio ao emprego, nomeadamente em Estágios Profissionais, Estágios Qualificação Emprego, Contratos Emprego Inserção, Contratos Emprego Inserção +, e também, no âmbito de Iniciativas Locais de Emprego. -----

A Presidente deu, ainda, conhecimento de um projeto do Nersant em parceria com a Comunidade Intermunicipal e o apoio do IAPMEI, financiado pelo INA Alentejo, apresentado aos onze municípios da Lezíria do Tejo, denominado “Lezíria Empreende”, que tem em vista a criação de uma rede regional, respeitante ao empreendedorismo. Informou que essa rede envolvia os onze municípios, o Centro de Emprego da Lezíria do Tejo, entidades do Ensino Superior, Escolas Profissionais, associações e outras entidades e que era um projeto integrado, de fomento e apoio ao empreendedorismo, pretendendo-se facilitar o acesso à criação de empresas e emprego e, também, consolidar empresas no mercado de trabalho. Aludiu, tratar-se de um trabalho que estava a ser desenvolvido e fora apresentado em fevereiro. -----

Concluiu a sua intervenção, dizendo, ainda, que já se realizara uma reunião

## ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA DE 29 DE MARÇO DE 2012

com o Nersant na Escola Profissional, no sentido de ser criada uma incubadora de empresas no Concelho de Rio Maior. -----

A Vereadora, Dra. Ana Cristina Lobato Pinto de Fróis Figueiredo e Silva, fez a seguinte intervenção: -----

*“Começo por felicitar o trabalho desenvolvido pela Dra. Vanda Nunes, no GIP, bem como o das colegas que a acompanham, porque tenho tido a oportunidade de ter trocado algumas impressões sobre o andamento do desemprego no Concelho de Rio Maior e também pelo trabalho que foi aqui apresentado, do qual desconhecia esta última parte, nomeadamente os dados mais recentes da evolução do desemprego no Concelho de Rio Maior. Foi de facto muito útil, pois tinha algumas questões para colocar que foram colmatadas pela apresentação feita. -----*

*De facto o desemprego é um flagelo não só nacional mas também europeu, é um flagelo social, toca-nos à porta todos os dias e tem tido um crescimento galopante. Uma taxa de desemprego nacional perto dos 15% é bastante significativa e no nosso Concelho já ronda os 10%, e também sabemos, e por isso estamos aqui, que tem crescido de uma forma assustadora não acompanhando, por enquanto, a média nacional, mas sendo também dos mais elevados no distrito de Santarém. Sabemos que o desemprego, tradicionalmente, tem sido tecnológico e estrutural, existindo também desemprego de inserção. Como disse a Dra. Vanda, no Concelho de Rio Maior, nós temos tido, no último ano, um acréscimo muito significativo que tem a ver com o encerramento de empresas e o facto de não haver criação de emprego na mesma percentagem que as empresas encerram. Há um dado que é preocupante no desemprego jovem, que é o desemprego entre os 35 e os 54 anos, como já referido. Estas pessoas são novas para a reforma e são velhas para trabalhar, pois temos uma mudança de paradigma, para além do desemprego, temos esta faixa etária que dificilmente entrará no mercado de trabalho. -----*

*A população mais velha, nomeadamente a partir dos 55/60 anos, pode sair das empresas, negociar a saída e pedir reformas antecipadas, esta faixa etária é de facto aquela onde o desemprego ocorre, com uma incidência maior e afeta*

## ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA DE 29 DE MARÇO DE 2012

*peças com níveis de escolaridade mais elevados, afeta muitas peças com o 3º ciclo e com o ensino secundário, não afeta tanto as peças com o ensino superior, pois as percentagens da população com o ensino superior são bastante inferiores às percentagens daqueles que detêm o ensino secundário”.*

*“No que diz respeito à população de Rio Maior, e foram dadas algumas informações relativamente aos emigrantes que temos no nosso Concelho, devo dizer que recentemente tive jovens da Escola Secundária a estagiar em algumas empresas, nomeadamente, numa agência de viagens, e perguntei no final do estágio de um mês e meio, se tinham vendido muitas viagens para férias e foi respondido que férias não, mas que todos os dias se vendiam bilhetes para emigração, nomeadamente para Angola e Moçambique. Muito provavelmente não temos, uma taxa maior porque há muitas peças que estão a procurar trabalho fora, a emigrar, e esses dados nós não temos, mas seria interessante se os conseguíssemos recolher. -----*

*Queria, também, dizer que considero o acompanhamento aos desempregados muito importante, assim como o trabalho que está a ser feito pelo GIP, no que diz respeito a tentar junto das empresas fazer o acompanhamento e manter situações de emprego que é o mais importante, nomeadamente os empresários conseguirem manter as peças nos seus postos de trabalho. Aproveitar localmente todas as medidas destinadas ao empreendedorismo, todas as medidas que possam permitir a criação de novos postos de trabalho e uma medida importante tem a ver com o apoio social. Há de facto situações de famílias inteiras desempregadas, peças a passar fome, peças que precisam de acompanhamento social e penso que isso está a ser feito no âmbito da rede social. Penso que também está a ser percorrido esse caminho, que é o encaminhamento efetivo das peças numa situação transitória que devia ser uma situação excepcional, devia ser temporário e que me parece que está a tornar-se duradouro e isso é de facto preocupante. Nota-se nas escolas, uma conflitualidade muito grande, por parte dos jovens. Nota-se uma angústia muito grande e quando se procuram as causas, muitas delas estão associadas à situação familiar, à situação de desemprego, do pai, da mãe, do irmão e muitos deles a quererem abandonar a escola. -----*

*Quero também realçar o trabalho que está a ser feito pelas escolas no sentido*

## ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA DE 29 DE MARÇO DE 2012

*de conseguir segurar esses jovens e nós dizemos muitas vezes “ não podes ir para casa e ser mais uma pessoa em casa sem fazer nada”. Mas é muito difícil, por vezes os pais conseguem suportar os custos associados à deslocação dos jovens até à escola, fora da escolaridade obrigatória, pois implica tomar as refeições fora e isso está a ser bastante difícil, assim como os jovens terem motivação para continuar, num quadro de insatisfação e de angústia da própria família nuclear. -----*

*Estas são as minhas primeiras palavras relativamente a esta situação angustiante que é preciso ser atacada ainda com mais instrumentos à medida, que também vão sendo disponibilizados e tentarmos, localmente, aproveitar tudo aquilo que existe e fazer a outra parte que é o apoio às famílias necessitadas, nesta fase transitória.” -----*

O Vereador, Dr. Carlos Alberto Nazaré Almeida, fez a seguinte intervenção: ----

*“As minhas primeiras palavras são de agradecimento à Sra. Presidente da Câmara por ter aceite o nosso pedido da realização desta reunião extraordinária sobre o desemprego, aproveitando-se também para falar da reorganização administrativa”. -----*

*“De facto este flagelo é um flagelo social nacional, como já foi referido, é um flagelo nacional que também afeta o Concelho de Rio Maior e merece esta reflexão, pois muitas pessoas estão a passar verdadeiros dramas. ----- Já na última Reunião de Câmara tive oportunidade de apreciar este trabalho feito pelo GIP, o qual elogiara, pois trata-se de um trabalho extremamente bem feito e, hoje, também aproveitava para reforçar a opinião que tinha, favorável, sobre este trabalho e sobre todo o trabalho desenvolvido pelo Gabinete que nos reporta e nos dá indicação de que, eventualmente, o desemprego de Rio Maior não será, felizmente, a percentagem que corre a nível nacional, de 14,8%, se bem que os números, como referido pela Dra. Vanda, carecem de alguma confirmação, mas queria dizer que estes números falam do desemprego, não falam do número de emigrantes que regressaram às suas terras e, também, não falam do número de pessoas como referiu a Vereadora, Dra. Ana Cristina Silva, que efetivamente foram para Angola ou para*

## ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA DE 29 DE MARÇO DE 2012

*Moçambique, que por falta de emprego tiveram que emigrar. Se contarmos tudo isso, infelizmente o que se passa no Concelho de Rio Maior merece uma séria reflexão. Não sou só eu que tenho esta opinião, pois se nos reportarmos a uma das últimas Assembleias Municipais, o deputado municipal, Sr. Ferreira, falava da necessidade de perceber o que se passa em Rio Maior a nível do desemprego, de perceber o que está a acontecer em Rio Maior, a nível das empresas que, de uma forma tão acentuada e tão vincada, fecham portas e muitas delas criam as situações que estão a criar e era nisto Sra. Presidente, que eu faria o primeiro desafio, por motivos vários a Câmara Municipal de Rio Maior, hoje como a maioria das Câmaras, não é uma crítica, é uma constatação, não tem o volume de obras que teve noutros tempos, como não tem a grande generalidade dos Concelhos, pois os momentos de crise, são momentos de dificuldade. -----*

*Primeiro que a Câmara Municipal pusesse nesta questão do desemprego e do seu combate toda a sua força, todo o seu empenho e toda a sua dedicação no sentido de, com outros parceiros, outras entidades, todos aqueles que estão no terreno, tentar minimizar e combater este flagelo. A necessidade de observatórios, a necessidade de interagir com outras entidades, de fazer parcerias, a necessidade de completar este trabalho notável que está a ser feito pelo GIP, a necessidade ao nível do empreendedorismo, ao nível de outras entidades, nomeadamente com as IPSS que já estão no terreno no que diz respeito à economia social e solidária. Existe trabalho a fazer nesse campo. É do conhecimento público, e a própria igreja está atenta a esta questão, no corrente mês de Março foi realizada a 1ª jornada diocesana de ação social cujo tema era “Agir Cristão numa renovada economia social”, pois são problemas novos, são soluções novas que têm de ser encontradas, porque de facto esta economia desenfreada, este paradigma em que nos envolvemos, em que os mais fortes cada vez mais dominam os mais fracos, neste combate desigual em que, cada vez mais, se não mudarmos de paradigma, se não mudarmos de soluções, não sabemos onde vamos parar. Há uma questão que nós sabemos, todos os dias em nome de uma competitividade vão pessoas para o desemprego e todos os dias, aquilo que é o nosso drama é o combate do défice público, é aumentado pelo número de desempregados que efetivamente acontece e aqui ficam pendurados na Segurança Social. -----*

## ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA DE 29 DE MARÇO DE 2012

*Cada vez mais estamos convencidos que o estado não vê a diferença entre cumprir as suas funções sociais, e quando o estado não consegue ser o estado social, é a sociedade que tem que resolver os problemas. Penso que estamos chegados a esse momento da sociedade, pela forma solidária, tentar encontrar soluções e não se pense que estou a falar de “situações no ar”, estou a falar de situações concretas, situações que já acontecem e nalguns pontos do país, estou a falar de experiências já acompanhadas por universidades, nomeadamente a Universidade de Coimbra está a acompanhar processos desta natureza. Rio Maior, em momentos decisivos, foi capaz de puxar pelos seus galões e tornar uma pequena cidade, a cidade do desporto, e ter as infra estruturas que tem hoje a nível do desporto, o desafio que se faz hoje é que Rio Maior seja capaz de fazer uma experiência piloto da economia social e solidária, convidando para essas situações os parceiros que estão no terreno, sempre disponíveis, destacando o trabalho notável da Conferência de S. Vicente de Paulo, da Santa Casa da Misericórdia de Rio Maior, da Junta de freguesia de Rio Maior no que diz respeito ao Banco do Voluntariado, gente que está no campo, gente que está no terreno, gente que está sempre disposta a servir.” -----*

*“A Câmara Municipal de Rio Maior tem que trazer mais-valias a este processo, tem que se envolver, tem que trazer a Universidade. Temos de ter a capacidade de fazer aqui uma experiência piloto. Pegar no projeto da horta social e tornar a mesma uma realidade. Termos mais terrenos e conseguirmos produzir, termos pequenas “fabriquetas”, pequenas oficinas capazes de produzir artesanato, sermos capazes de criar mais-valia e de encontrar soluções de forma a que sejamos capazes de criar esperança e expectativa a gente que fica desempregada. -----*

*Temos que encontrar outras soluções é isso que os Riomaioreses esperam de nós e a Sra. Presidente da Câmara contará sempre com a nossa disponibilidade na procura dessas soluções”.-----*

O Vereador, Dr. Silvino Manuel Gomes Sequeira, fez a seguinte intervenção: --

*“Não querendo repetir muito o que já aqui foi dito, subscrevendo as*

## ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA DE 29 DE MARÇO DE 2012

*intervenções feitas pelos Vereadores, Dra. Cristina Silva e Dr. Carlos Nazaré, sinto-me na obrigação moral de repetir o agradecimento à Sra. Presidente da Câmara por ter agendado a reunião de hoje com os dois temas que estão a ser focados e que por diversas ocasiões lhe solicitamos, sendo que a primeira palavra é de agradecimento pela realização da presente reunião”.-----*

*“Rio Maior não é uma ilha, integra-se no todo nacional e o todo nacional está a sofrer as consequências de uma política recessiva que se vangloria de ir para além das exigências da própria “Troika”, portanto as consequências começam a surgir e, normalmente, a “jusante” é que se paga a crise, como é o caso concreto do Poder Local, que tem que ter uma voz ativa para combater as malfetorias feitas nas decisões a este nível.”-----*

*“Deixando esse aspeto, quero entrar num outro: O Poder Local pela proximidade, tem de ser interventivo, como os médicos quando fazem análises a um doente que lhe chega e procuram saber as causas da doença. É preciso perceber como é que está o desemprego em Rio Maior e o documento que nos foi aqui apresentado, ajuda-nos a perceber a evolução do desemprego, tive pena de não o ter recebido um pouco mais atempadamente para me debruçar sobre o mesmo. -----*

*Quero agradecer à Dra. Vanda Nunes o trabalho apresentado e se não tive acesso ao mesmo a culpa é minha. O rácio do desemprego aqui apresentado e registado pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional, em 2009, atingiu no final do ano, uma média de 5,5%. Disparámos para 9,4%, tínhamos em novembro de 2009 quinhentas e cinquenta e duas pessoas inscritas no desemprego. Em janeiro de 2012 temos novecentas e sessenta e duas, embora em fevereiro tenha diminuído para novecentas e cinquenta, o que significa um aumento na ordem dos setenta e tal por cento. -----*

*Em Agosto de 2009, escrevia-se no “Diário Económico” que os concelhos de Rio Maior e Mértola estavam entre aqueles que tinham menos desempregados. A situação alterou-se, a posição de Rio Maior no contexto atual disparou para este aumento de mais de 70%, que é o maior registado no Distrito de Santarém. Não estamos aqui à procura dos culpados, temos é de encontrar*

## ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA DE 29 DE MARÇO DE 2012

*soluções. E as soluções, perdoar-me-ão, é a minha opinião, não podem ser, tão-somente assumidas pela maioria, têm de ser assumidas por todos os que corporizam a vontade dos riomaiorenses, uns mais, outros menos, temos todos a nossa quota-parte de responsabilidade na situação a que se chegou e para não virmos a ser acusados, mais tarde, de imobilismo, era bom que esse esforço fosse coletivo, não fosse um esforço tão-somente assumido pela maioria e que aceitassem a disponibilidade que nós como Vereadores temos demonstrado ao longo deste tempo, disponibilidade para colaborar na verdadeira resolução dos problemas de Rio Maior. -----*

*Todos dizem e, com certeza, com razões fundadas, que isto é um problema social, que não diz só respeito ao País, diz respeito a todos nós. Portanto todos temos de ser colaborantes. -----*

*Recordo que o Vereador Dr. Carlos Nazaré avançou para questões de ordem social, para o desenvolvimento de um conjunto de iniciativas, que demonstram a nossa disponibilidade em colaborar e participar na resolução deste problema. Por agora Sra. Presidente é tão-somente o que se me oferece dizer e agradeço a sua disponibilidade para a realização da reunião a decorrer. -----*

O Vereador, Dr. Nuno Leal Santos da Veiga Malta, fez a seguinte intervenção:

*“Todos nós concordamos que o desemprego é uma realidade que nos preocupa sobremaneira e é uma angústia para todos nós. -----*

*Há mais de 200 anos que os economistas estudam as questões do papel dos governos e das suas políticas de intervenção na economia/emprego. Desde Adam Smith, conservador, defende que os governos quanto menos interferissem na economia tanto melhor, pois só atrapalham. A Jonh Keynes, que defende que os governos têm o dever de criar emprego, na medida em que, com a criação de emprego, o governo poderia eliminar as frustrações das populações causadas pelo desemprego, possibilitando desta forma a sobrevivência das instituições políticas e económicas. -----*

*O desemprego em geral, mas em particular no nosso concelho, infelizmente, deve-se à instabilidade da economia dos mercados mundiais. -----*

*Embora todos nós desejásemos um crescimento uniforme e estável para a economia não conseguimos. Raramente as condições económicas*

*permanecem estáveis e uniformes. Sabemos que e a expansão económica cria frequentemente inflação; e a inflação em excesso leva à recessão.-----*

*Mas analisando concretamente o nosso concelho, não podemos olhar só para a árvore e não para a floresta, ou seja, não podemos olhar os problemas no nosso concelho sem ter em conta de que o fenómeno do desemprego é um problema que ainda, espero eu, seja conjuntural.-----*

*Como combater o desemprego? -----*

*Somos confrontados com o problema a que os economistas chamam o dilema do comandante, para onde levar o nosso navio, mantemos o leme sempre na mesma direção, ou vamos virando o leme em várias direções até atingirmos bom porto?-----*

*E é precisamente essa rota que precisamos de traçar. -----*

*Como é que o poderemos fazer? -----*

*Além de seguir os diversos programas criados pelo governo de incentivo à criação de emprego, que iremos acatar e promover no nosso concelho, queremos apostar no empreendedorismo, e criar condições para que se tirem proveitos das inovações tecnológicas, que existem, de forma a que se reúnam os capitais disponíveis e se encontre a força de trabalho de forma a implementar projetos que visem o lucro.-----*

*Nesse sentido aproveitando as instalações do pavilhão multiusos podemos criar um espaço onde jovens possam ser empreendedores e aí encontrem o trampolim para se lançarem no mercado de trabalho.-----*

*Contudo, o nosso papel como autarcas não é criar nem dar emprego. O nosso papel, é criar condições para que se invista no nosso concelho.-----*

*Como é que o poderemos fazer?-----*

*Sempre defendi que a base de sustentação de um concelho é um forte tecido industrial e empresarial criador de emprego e gerador de riqueza. Só assim conseguimos fixar populações e fazer com que a economia se desenvolva.-----*

*Não tendo sido uma aposta neste concelho a criação e o incentivo à fixação de indústria e empresas, faze-lo agora é um processo que só poderá ser desenvolvido a médio/ longo prazo.-----*

*Temos de repensar a nossa zona industrial, ir à procura de novos conceitos e formas de a tornar mais apelativa ao investimento. Nem que passe pela redução de impostos, pela venda de lotes de terreno a preços competitivos,*

## ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA DE 29 DE MARÇO DE 2012

*pela criação de gabinetes especializados em tornar os processos de licenciamentos mais céleres. -----*

*Temos de criar é condições para que as empresas e indústrias que se fixem no nosso concelho tenham condições para serem competitivas face às que existem noutros países e o facto de existirem países que entraram agora para a comunidade europeia e que conseguem competir, conseguem ter condições que nós não acompanhamos. É um problema sério e isso vai refletir-se no nosso Concelho. -----*

*Disseram bem, os colegas, que somos a cidade do desporto, que temos as questões sociais do desporto, do lazer, etc., mas também não nos devemos esquecer que é necessário sustentar esses equipamentos. Essas infraestruturas têm todas um custo muito acrescido e embora tendo a sua função social, que é importante, pois não podemos ter uma mente sã, sem um corpo sã, e sendo importante garantir essas questões, penso que começámos no sentido inverso, começámos na fase do lazer em vez de começarmos na fase do trabalho para depois usufruirmos do lazer. Mas isto é a minha opinião.-- Não nos podemos efetivamente esquecer que vivemos na era da globalização, na era da competitividade económica, temos de manter as tradições, os artesanatos, que são importantes para as economias locais, mas temos de pensar de uma forma global, não nos podemos esquecer que Portugal é aquele cantinho “ à beira mar plantado”, pois até existe um livro que diz “é um País onde é fácil não fazer nada”, e isso tem que acabar.-----*

*Temos de começar a ter uma mentalidade mais europeia, pois tanto se fala do Norte da Europa que são países com boas condições de vida, com economias muito desenvolvidas, mas são países onde o Estado pouca intervenção tem e pouco intervém na economia e desta forma permite que as empresas se tornem competitivas e o mercado circule.-----*

*O desemprego realmente é muito e temos aqui no nosso Concelho, duas principais entidades empregadoras que são as “Indústrias de Carnes Nobre” e a Câmara Municipal de Rio Maior. Felizmente temos uma Zona Industrial, onde os nossos empresários, e já tive oportunidade de os felicitar a todos, pela vontade que têm de continuar no nosso Concelho, de não o abandonarem, o que efetivamente demonstra a vantagem de cá estarem por todas as acessibilidades que existem.-----*

## ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA DE 29 DE MARÇO DE 2012

*Também não nos podemos esquecer que a grande maioria dos desempregados que vivem em Rio Maior, infelizmente trabalhavam fora do Concelho. Também não temos informação suficiente que garanta que são desempregados de empresas ou indústrias que fecharam em Rio Maior, pois Rio Maior está entre vários concelhos, e existem muitos riomaiorenses que vivem fora do nosso Concelho, portanto está a extrapolar o concelho e desde 2009 tem vindo a aumentar a taxa de desemprego, temos que pensar que são residentes no Concelho de Rio Maior.-----*

*Termino voltando a repetir que é preciso investir, criar condições para que empresas, indústrias, venham para o nosso Concelho e apoiar todas as iniciativas e a Câmara envidar todos os esforços, junto das entidades competentes no sentido de trazer investimento para o nosso Concelho.”-----*

A Vereadora, Dra. Sara Maria Carapito Silva Fragoso, fez a seguinte intervenção: -----

*“Felicito o trabalho apresentado pela Dra. Vanda Nunes, foi bastante extenso e explícito, havendo alguns dados que nos preocuparam a todos de um modo mais especial, porque toda a situação é muito preocupante.-----*

*Eu ressalvo esta tendência do número de desempregados entre as mulheres. O aumento do desemprego feminino, que é também bastante explícito em termos de percentagens e as consequências que este desemprego feminino pode trazer também para a vida familiar.-----*

*Considero também muito preocupante o desemprego por grupo etário, aquele desemprego entre os 24 e os 45 anos é realmente prevalente, embora também seja aí que se situa a maior parte da população trabalhadora. Este desemprego ocorre pelo encerramento de empresas e pelo enfraquecimento da economia. O facto de grande percentagem de desempregados o estar há menos de um ano, indica alguma dinâmica, alguma mobilidade, o que revela também alguma luz nesta situação que nos parece bastante dramática”.-----*

*“Gostava de salientar, daquilo que foi dito, a situação da diminuição dos salários que provoca o empobrecimento da população, mesmo aquela que trabalha. As situações de carências económicas que abrangem não apenas os*

*desempregados, mas também aqueles que estão empregados, mas que auferem salários muito baixos. -----*

*Isto é muito preocupante porque indica que a economia está a enfraquecer e que as possibilidades de manter os empregados, muitas vezes resulta numa diminuição dos salários e das contribuições que tiverem a pagar. -----*

*Foi referido, e é uma verdade, a angústia dos jovens nas escolas, cujos pais têm dificuldade em pagar os transportes e outras despesas, situação aliada àquela que eu referi antes, leva-me a falar da associação social e do apoio social efetuado, junto destas populações carenciadas. É evidente que o apoio social não é uma resposta ao problema do desemprego, como foi dito também pela Vereadora, Dra. Cristina Silva, pretende-se que seja temporário por período de tempo estritamente necessário e para que as pessoas possam passar por outras situações de independência económica e social. Infelizmente pelos dados que nós temos muitas pessoas mantêm-se numa situação de dependência durante muito tempo. Foi dito que a Câmara tem que se empenhar na economia social e todas os programas que foram referenciados, a Câmara Municipal está profundamente empenhada e profundamente articulada com estas entidades, quer sejam IPSS, quer sejam ligadas á igreja, quer mesmo empresas. Nós estamos a trabalhar, afincadamente, no âmbito da rede social, pretendendo-se que seja cada vez mais um local, um polo de dinamização, de articulação de todo o programa e de todas as ajudas que são disponibilizadas às populações carenciadas”. -----*

*“A Ação Social da Câmara Municipal tem previsto programas e ações de apoio a pessoas que por motivos de emprego se vêem em situações de carência económica, dando informações e fazendo o encaminhamento das pessoas que procuram aqueles serviços, e são muitas, para a Segurança Social. Damos também apoio, em termos administrativos e burocráticos, para o preenchimento de papéis, para as relações com determinadas instituições que nem sempre são muito fáceis e acessíveis. As técnicas de ação social fazem este apoio e têm esta preocupação. -----*

*Verifica-se uma articulação constante com os diversos Serviços, não só com a Segurança Social, mas também com o GIP, com o Centro Novas Oportunidades que está a acolher todos os desempregados para programas de*

## ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA DE 29 DE MARÇO DE 2012

formação. Nos casos mais extremos fazemos inclusivamente a articulação com a conferência de S. Vicente de Paulo para a distribuição dos alimentos através dos programas com o Banco Alimentar contra a Fome e com a Entidade Distribuidora do Programa Comunitário de Apoio Alimentar à população carenciada. -----

Esta distribuição alimentar que é feita em articulação com as entidades referidas, principalmente com a Segurança Social, pensamos que são programas que ocorrem às situações mais emergentes e mais urgentes. -----

Queria falar também do programa da Segurança Social que está agora em implementação, o projeto das cantinas sociais que pretende implementar no nosso Concelho duas cantinas sociais a serem desenvolvidas por entidades que já fornecem refeições aos seus utentes, não se pretendendo aqui um aumento da despesa para as entidades, não se prevendo também, infelizmente, que possa haver contratação de mais pessoal, pretendendo-se sim, rentabilizar ao máximo as estruturas existentes e através desta confeção, fornecerem no máximo oitenta refeições, cada uma, a pessoas que estejam em situação de carência. -----

Este programa já foi apresentado em sede do CLAS, estando em fase de implementação. Penso que a Ação Social não é uma resposta última, é apenas um meio de ocorrer às situações de maior urgência. Pretende-se que a ação da Câmara Municipal seja ao nível de criar condições para a fixação de empresas que possam promover o emprego. -----

Também já está posto de lado a possibilidade da Câmara Municipal, como foi também política seguida durante algum tempo, de fazer contratações, fazer escoamento de alguns desempregados. Como já foi dito tudo o que pode ser feito é em termos de programas temporários, em colaboração com o Instituto do Emprego e Formação Profissional, que não resolvem a situação, pois durante um tempo a pessoa tem uma ocupação e uma pequena retribuição. ----

Penso que a situação para isto não pode ser apenas encontrada ao nível do concelho de Rio Maior, como é evidente, porque é um problema nacional e de certa forma está a tornar-se estrutural e é aqui que tem que ser feita uma intervenção, articuladamente, com a rede social, no sentido de se promover o emprego e o desenvolvimento. É essa a grande solução deste problema.”

## ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA DE 29 DE MARÇO DE 2012

O Vereador, Dr. Carlos Fernando Frazão Correia, fez a seguinte intervenção: --

*“Comungo de todas as preocupações dos vários intervenientes, assim como acho que foi bastante oportuno haver uma reunião de Câmara onde este assunto pudesse ser abordado. Gostaria também de felicitar a Dra. Vanda pelo trabalho desenvolvido e, simultaneamente, lamentar que o trabalho que foi elaborado no início de janeiro, talvez por lapso, tivesse andado perdido, mas finalmente apareceu e com qualidade, e isso é que é importante”. -----*

*“Das várias intervenções falou-se muito dos desempregados, que é uma preocupação óbvia, com certeza que sim; falou-se muito do problema e de todo o acompanhamento que tem sido feito pelas várias entidades públicas e/ou privadas, no sentido de minorar o impacto negativo do desemprego através do apoio social, mas penso que isto é parte do problema. Eu, neste momento, tenho muitas dúvidas do que será preferível, o ideal obviamente era, se a economia estivesse numa fase ascendente, a criação de mais empresas e por arrastamento o aumento do número de postos de trabalho e assim sucessivamente. Como dizem as várias teorias, só é possível quando há poder de compra e, neste momento, se não há poder de compra, para quê criar mais empresas e para produzir o quê? Skis para a neve? Infelizmente este ano nem neve houve, nem sequer água. -----*

*Questiono até que ponto, todo o nosso esforço, entenda-se não só do Estado como também das Autarquias, não será de tentar dar uma mãozinha forte às poucas empresas que, felizmente, ainda vão sobrevivendo. -----*

*Não nos podemos esquecer que, quando se fala do número de desempregados é um problema importante, mas é um falso problema, porque a pergunta é: quantos milhares e milhares de portugueses, com certeza algumas dezenas de riomaiorenses, não estando no desemprego, não recebem os vencimentos, isto é outro flagelo, pois não estando no desemprego têm três e quatro meses de atraso, até que depois a empresa, por arrastamento, acaba por ir para a insolvência. Até que ponto não devia ser também uma preocupação do executivo tentar saber quantas e quais são as empresas que estão em dificuldades, obviamente que a autarquia não tem capacidade para ajudar as mesmas, mas verificar até que ponto o próprio governo, através de*

## ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA DE 29 DE MARÇO DE 2012

*linhas de crédito em colaboração com as autarquias não poderia também disponibilizar determinados valores para fazer com que menos empresas entrassem em insolvência”. -----*

*“Em 2011 cerca de 150 mil empresas, pequenas, médias, etc., foram para a insolvência/falência, o que significa que se, neste momento, é importante a criação de emprego, tentar criar mais empregos e acho fundamental o trabalho do IEFP, das Autarquias, da Igreja, das IPSS, não deixa de ser tão ou mais importante a manutenção das que existem. Recordo que um dos setores com maior número de desempregados é na construção civil, e eu como tenho competência delegada na área das obras, vejo perfeitamente a quantidade reduzida ou quase nula de processos que entram ou processos cujas licenças não são levantados e as obras não avançam. Na semana passada tive a fazer um levantamento mental, em conjunto com dois empresários ligados à construção civil, um que parou e outro que ainda está em atividade, de quantos construtores havia a fazer algo neste concelho, e a conclusão a que chegámos é que eram apenas dois. -----*

*Neste momento, há dois construtores, a fazer algumas vivendas, um no Cidral e outro em Arroquelas. Isto reflete-se não só nos pedreiros, como nos serventes, canalizadores, etc., e algumas casas no nosso concelho, relacionadas com a venda de materiais de construção, umas já fecharam e as duas maiores, estão numa situação muito complicada porque não há obras. É um problema. -----*

*Penso que pode vir a acontecer, o que durante muitos anos aconteceu com o associativismo e não só, ou seja, o subsidiodependência, porque o que tem vindo a acontecer é a empresa “A” fecha, a empresa “C” fecha, e mesmo as grandes empresas que não fecham, por exemplo a empresa Valadares, ocupam as instalações, tentam defender os seus postos de trabalho, mas estas situações não levam a lado nenhum. Pergunto, o que é que foi feito concretamente, nos últimos meses, para se dar incentivos às pequenas e médias empresas, às micro empresas, ou para tentar aquilo que muitas vezes é falado, o micro crédito que é a bandeira salvadora, depois esquecem-se que este tem tido a importância que tem noutros países, pois estamos a falar da Índia, do Paquistão e de outros países. Falar do micro crédito para o nosso*

## ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA DE 29 DE MARÇO DE 2012

*País? Mas será que Portugal é o que é, e ainda o querem comparar a um país “quintomundista”, por amor de Deus!-----*

*Eu penso que é importante, todo o executivo sem exceção, em colaboração com a Assembleia Municipal, com as várias entidades públicas e ou privadas, darmos a mão e pensarmos que é um problema de tal modo complexo, que, quem quer que fosse Poder, neste momento, no Concelho de Rio Maior, o problema era rigorosamente o mesmo, pois quando há relativamente pouco tempo um partido com assento na Assembleia Municipal, vem dizer que desde que a Coligação PSD/CDS, chegou ao Poder, o desemprego duplicou, só demonstra que não conhecem o País onde vivem.” -----*

A Presidente da Câmara fez a seguinte intervenção:-----

*“Tudo o que eu possa acrescentar e concordando com todas as intervenções que foram feitas, iria repetir o que foi dito. -----*

*Concordo com o Vice-presidente quando diz que existem pessoas no nosso Concelho que não estão a receber os seus vencimentos ou estão a recebê-los tardiamente ou faseadamente, numa lógica de compreender a situação em que as empresas estão, numa lógica de tentar manter a empresa e por sua vez a continuidade do seu posto de trabalho. -----*

*Passo a ler um artigo de jornal que dizia que “ o Estado prepara-se para criar várias linhas de apoio a projetos no domínio do empreendedorismo, da inovação social e da promoção da coesão territorial”. No fundo é isso que cabe ao Estado, ou seja criar medidas que possam apoiar o empreendedorismo e a coesão territorial e como o Vereador, Dr. Nuno Malta dizia, não compete ao estado criar empregos, compete sim apoiar e trabalhar no sentido de quem está a trabalhar e das empresas que continuam a laborar, de tentar captar novos investimentos. Na negociação dos chineses na aquisição da EDP havia o compromisso da parte dos mesmos, de fazer investimento no nosso País. É precisamente de investimento que o nosso Pais e o nosso Concelho precisa e eu digo sempre que as condições de Rio Maior são excecionais ao nível da localização, das infraestruturas e da proximidade. É esta a imagem que passo do nosso Concelho”.-----*

## ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA DE 29 DE MARÇO DE 2012

*“Sem dúvida que acolhi com bom grado as propostas, as soluções resultantes das intervenções proferidas pelos Vereadores, que podem ser incluídas, se assim o entenderem, na proposta que apresento para deliberação que pode ser alterada com as ações que achem por bem introduzir”.-----*

O Vereador, Dr. Carlos Alberto Nazaré Almeida, voltou a usar da palavra, referindo o seguinte: *“Deve ser dado à proposta um caráter de abrangência, envolvendo várias entidades. Gostaria que o município estivesse disponível não para avançar com uma experiência piloto, mas pelo menos para medir as consequências e avaliar a hipótese de uma experiência piloto na área da economia solidária, pois a economia solidária é um conceito novo que nem toda a gente domina, sendo um modo específico de organizar a atividade económica, caracterizando-se pela auto gestão e geralmente é um modelo encontrado nas situações de desemprego e nas questões sociais. Está ligado também ao empreendedorismo, é uma forma de organização em que ninguém está à espera que criem um emprego para eles, mas que as pessoas de uma forma organizada tentam encontrar soluções a nível do consumo, a nível da produção, a nível do mercado. Há experiências já feitas a nível nacional, há experiências no exterior, há conhecimento científico tutelado com a Universidade de Economia de Coimbra, através de uma organização que tem e acompanha este tipo de processos e eu queria, se possível que ficasse em ata a disponibilidade, se a maioria assim o entender, de avaliar um processo desta natureza. Penso que há condições para avançar, pois nós temos um banco local de voluntariado que está aí de um momento para o outro a surgir. Todo o trabalho tem sido desenvolvido nesse sentido e surgirá em força.-----*

*Há, também, as hortas sociais, podendo passar da horta social com pequenos talhões onde alguém produz para si, mas onde também a nível dos voluntariados, ao nível da universidade sénior se possa produzir de uma forma mais intensa e se possa comercializar a favor dos outros. Tentar aqui também criar a hipótese de procurar soluções de emprego. Podem ser soluções embrionárias, mas são soluções que semeiam a esperança e que serve de iniciativa a outros.”-----*

O Vereador, Dr. Silvino Manuel Gomes Sequeira, de novo no uso da palavra,

## ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA DE 29 DE MARÇO DE 2012

referiu que: “Quando se fala em entidades, e até pela importância que tem na região, deveria envolver-se o NERSANT nesta questão, dado até o acesso que tem, mais facilmente, a fundos comunitários. -----

No entanto, não vou falar com nenhuma base, é mais uma questão de intuição e perante as questões sociais que têm sido aqui levantadas, questiono se pela contratualização a Câmara Municipal ainda tem alguma verba disponível, ou se não teria hipótese de alterar, assim como o Governo está a fazer, em conjunto com a União Europeia, e considerar a possibilidade de fazer o redimensionamento dos fundos comunitários, fazer uma reprogramação no sentido da componente social vir a ser reforçada com a disponibilidade de fundos. Não sei se é possível.-----

São estas as sugestões que apresento.”-----

O Vereador, Dr. Carlos Fernando Frazão Correia, voltou a usar da palavra, referindo: “Ouvi com atenção as intervenções feitas e a nível da contratualização as verbas estão esgotadas, mas se por acaso forem disponibilizadas outras verbas, poderá ser uma boa solução. -----

Sobre a intervenção do Vereador, Dr. Carlos Alberto Nazaré Almeida, sobre a economia solidária, penso que é um projeto interessante, conheço algumas pessoas ligadas ao projeto. Poderá ser feita uma reunião para perceber a dinâmica de todo o processo. -----

Gostaria de falar nas hortas sociais e fico muito grato por ouvir falar das mesmas. Neste momento já está no local a casa de apoio para guardar as ferramentas, também já está instalado o tanque da água que irá permitir a rega, agradecendo a colaboração da Junta de Freguesia de Rio Maior na disponibilização de um pequeno espaço. Penso que fica um espaço muito interessante. Neste momento, a própria Universidade Sénior já reservou um talhão, assim como as escolas. Nós temos outra propriedade próxima que, em caso de necessidade, a Câmara está disponível para fazer um prolongamento. Contudo lamento que um ilustre deputado da Assembleia Municipal de Rio Maior, o Prof. Moreira, “gozou, achincalhou” a situação quando questionou se a Câmara iria fazer as hortinhas rurais nas varandas da Av. Paulo VI. E mais não digo, porque sou provinciano e tenho que encaixar aquilo que os outros falam,

*mas não sabem.”-----*

O Vereador, Dr. Silvino Manuel Gomes Sequeira interveio novamente dizendo que: *“Não me pronuncio sobre o que o Dr. António Moreira disse, mas penso que isto devia ser dito à sua frente. Penso que é um bocado injusto fazer comentários sobre pessoas na sua ausência. -----  
Quero também dizer que concordo com o Vereador, Dr. Carlos Frazão sobre a questão do micro crédito, pois ainda aí não chegámos e espero que não se chegue ”. -----*

A Presidente da Câmara interveio dizendo o seguinte: -----

*“Gostaria também de dizer que alguns municípios estão a criar na própria Câmara, como nós temos o Gabinete de Apoio ao Empresário, gabinetes de apoio para a situação do desemprego, ou seja na sequência dos gabinetes de apoio ao empresário, as Câmaras estão a criar um gabinete única e exclusivamente só neste sentido. Penso que na nossa Câmara não faz sentido pela proximidade que temos no nosso gabinete, pelo trabalho que está a ser desenvolvido, pelo conhecimento acumulado, não haverá necessidade de estar a desencadear outro polo neste sentido. -----  
Da minha parte continuo a manifestar aos elementos que estão a trabalhar no GIP, total confiança e solidariedade, desejando a continuação de um bom trabalho, estando disponível para o acompanhamento necessário no desenvolvimento desse trabalho”.-----*

O Vereador, Dr. Carlos Alberto Nazaré Almeida, voltou a usar da palavra e disse que: *“Penso que o que funcionava bem deve continuar a funcionar bem, no entanto penso que o Gabinete de Inserção Profissional tem uma orientação mais virada para as empresas e para os problemas dos desempregados, mais virada para encontrar as soluções entre quem emprega e quem procura emprego, sendo esta a dinâmica que se espera do gabinete. -----  
No entanto quero dizer que em situações de empreendedorismo, em situações viradas para a economia solidária, de projetos desta natureza, é necessário um outro apoio, um apoio na área da gestão, mas isso atempadamente eu penso*

**ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA DE 29 DE MARÇO DE 2012**

que a Câmara terá capacidade para, na altura devida, adequar os meios às necessidades de resposta". -----

**A Presidente da Câmara, solicitou a interrupção da reunião de Câmara, por dez minutos, para elaboração da proposta final, recomeçando a mesma ao meio dia e cinco minutos.** -----

A Presidente da Câmara interveio tendo apresentado a proposta final para deliberação:-----

*“Considerando que:-----*

*O desemprego em Portugal e também no concelho de Rio Maior tem vindo a registar um aumento significativo.-----*

*A atual conjuntura económica está a afetar significativamente as famílias residentes no concelho de Rio Maior, com as consequências daí decorrentes ao nível social.-----*

*Esta questão deve ser uma preocupação nossa, no sentido de melhorar a qualidade de vida dos riomaiorenses, importa desenvolver medidas que contribuam para a minimização do flagelo que é o desemprego.-----*

*Com tal, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere, nos seguintes termos:-----*

*a)Desenvolvimento de ação conjunta com a Associação Empresarial do Concelho de Rio Maior e outras entidades, designadamente a Nersant, em colaboração com o Instituto do Emprego e Formação Profissional - Centro de Emprego de Santarém, para divulgação das medidas ativas de emprego.-----*

*b)Desenvolvimento de ação conjunta com a Associação Empresarial do Concelho de Rio Maior e outras entidades, designadamente a Nersant, em colaboração com o Instituto do Emprego e Formação Profissional - Centro de Formação de Santarém, no sentido de viabilizar a realização de ações de formação de acordo com as necessidades reais do mercado de trabalho.-----*

*c)Manter a política que tem vindo a ser desenvolvida pelo Município de Rio Maior, no sentido de integrar um maior número de pessoas desempregadas em projetos do IEFP.-----*

## ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA DE 29 DE MARÇO DE 2012

*d) Apoiar e promover a criação de uma incubadora de empresas no concelho de Rio Maior, a instalar no Pavilhão Multiusos do Município.”-----*

A Câmara em face da supra mencionada proposta, deliberou por unanimidade:

- Desenvolvimento de ação conjunta com a Associação Empresarial do Concelho de Rio Maior e outras entidades, designadamente a Nersant, em colaboração com o Instituto do Emprego e Formação Profissional - Centro de Emprego de Santarém, para divulgação das medidas ativas de emprego.-----
  - Desenvolvimento de ação conjunta com a Associação Empresarial do Concelho de Rio Maior e outras entidades, designadamente a Nersant, em colaboração com o Instituto do Emprego e Formação Profissional - Centro de Formação de Santarém, no sentido de viabilizar a realização de ações de formação de acordo com as necessidades reais do mercado de trabalho.-----
  - Manter a política que tem vindo a ser desenvolvida pelo Município de Rio Maior, no sentido de integrar um maior número de pessoas desempregadas em projetos do IEFP.-----
  - Apoiar e promover a criação de uma incubadora de empresas no concelho de Rio Maior, a instalar no Pavilhão Multiusos do Município.-----
- Mais deliberou manifestar a disponibilidade para o desenvolvimento de projetos no âmbito da economia social solidária. -----

### **REFORMA ADMINISTRATIVA -----**

A Presidente da Câmara interveio fazendo o seguinte enquadramento: *“Pretende este órgão discutir a Reforma Administrativa com incidência no Concelho de Rio Maior. Como sabemos a base da discussão é a proposta de Lei 44/2012 que surge na sequência de um compromisso de memorando de entendimento com a “Troika”, negociado e assinado pelo anterior governo e que diz que até julho de 2012 o Governo desenvolverá um plano de consolidação para reorganizar e reduzir significativamente o número de autarquias locais. A redução das autarquias é um dos quatro eixos da reforma do Poder Local. Como sabem o papel cometido às Câmaras Municipais, no âmbito do documento verde, era nulo, passando agora, conforme previsto nesta proposta de Lei, a poderem apresentar proposta ou emitir parecer*

## ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA DE 29 DE MARÇO DE 2012

*quando solicitado pela Assembleia Municipal. -----*  
*Como é sabido, foi criada uma comissão de acompanhamento composta por quatro Presidentes de Junta de Freguesia, eleitos de entre os catorze e por cada um dos líderes das bancadas com representação na Assembleia Municipal. Foi, ainda desenvolvido um trabalho pelo meu Gabinete, coordenado pelo Chefe de Gabinete, Engº. Lopes Candoso, a quem agradeço todo o trabalho desenvolvido, designadamente à Dra. Anabela e a um conjunto de técnicos que estão também presentes na sala, a quem também agradeço. É um trabalho técnico, um instrumento de trabalho, uma base para discussão, quer para as Assembleias de Freguesia, quer para as Juntas de Freguesia, para a Câmara Municipal e, também, Assembleia Municipal. -----*  
De seguida, a Presidente deu a palavra à Dra. Anabela Leal.-----

A Assessora da Unidade Financeira, Dra. Anabela Leal fez a apresentação do trabalho desenvolvido no âmbito do Reforma Administrativa, projetando alguns diapositivos sobre a matéria. -----

A Presidente da Câmara interveio dizendo que o trabalho apresentado era um documento digno de ser publicado, tendo em conta que caracterizava a forma administrativa do nosso Concelho. -----

De seguida, informou sobre a realização de uma reunião técnica, na CCDR – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional, dirigida a autarcas das freguesias e dos municípios, tendo estado presentes alguns Presidentes de Junta de Freguesia. Informou que fora transmitido nessa reunião que a nova Lei das Finanças Locais tinha de estar aprovada até ao próximo mês de maio. Informou, também, que fora transmitido que a data limite para o envio das propostas dos partidos para a Comissão do Poder Local, para posterior discussão na especialidade, era a próxima sexta-feira. Referiu, ainda, a existência de um movimento no Distrito de Santarém, denominado “No Ribatejo Freguesias Sim”, que solicitara reuniões com todos os deputados eleitos pelo distrito, dizendo que estavam já agendadas reuniões com o Partido Socialista e com a CDU e, também, já havia data para a reunião com o PSD. -----

Aditou que o trabalho técnico que fora desenvolvido pelos serviços, como, aliás afirmara na Assembleia Municipal, estava disponível para consulta. Disse,

## ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA DE 29 DE MARÇO DE 2012

ainda, que na reunião da Assembleia Municipal, reunida extraordinariamente no sábado, dia dezassete de março, tinha sido tomada uma posição com a qual não concordava. Disse, ainda, que a maioria da Câmara não ia apresentar nenhuma proposta autónoma, em termos de agregação de freguesias, que tomariam como boas as propostas que fossem enviadas ao executivo pelas Assembleias de Freguesia e, por sua vez, pela Assembleia Municipal, numa lógica de respeitar a representatividade da democracia local resultante das eleições autárquicas.-----

Afirmou ainda, que a Câmara continuava disponível para apoiar e colaborar em todas as iniciativas que as freguesias entendessem fazer. -----

Referiu, por último, que vira na Comunicação Social, mas que ainda não tivera oportunidade de confirmar, que tinha havido negociações com a ANAFRE e a ANMP, na Comissão do Poder Local, no sentido de haver uma maior majoração sobre o que estava a ser negociado. Aditou que ia confirmar a situação. -----

Terminou a sua intervenção referindo que a reunião da Assembleia Municipal correu bem, no entanto, pecou por falta de participação, quer por parte das Juntas de Freguesia, Assembleias de Freguesia, quer por parte da população. A Presidente disse que a Câmara tivera os seus encargos ao realizar a Assembleia Municipal Extraordinária com um só ponto, dizendo que estava convencida que ia ser uma Assembleia bastante participada, com muitas presenças, lamentando, contudo, que isso não tivesse acontecido.-----  
Informou, ainda, que tinham sido apresentadas duas propostas na referida reunião da Assembleia Municipal, uma da deputada Dra. Júlia Figueiredo e outra do município Sr. João Fróis. -----

**VEREADORA, DRA. ANA CRISTINA LOBATO PINTO FRÓIS DE FIGUEIREDO E SILVA. ---**

A Vereadora, Dra. Ana Cristina Lobato Pinto Fróis de Figueiredo e Silva interveio, começando por se referir à última sessão da Assembleia Municipal Temática, como sendo de extrema importância, felicitando a Presidente de Câmara pelo agendamento do tema sobre a Reforma Administrativa, referindo também, a excelência do documento que fora efetuado pelos técnicos do

## ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA DE 29 DE MARÇO DE 2012

Município. Disse, também, que a Reforma Administrativa representava uma mudança bastante significativa, dizendo que a mesma podia ser efetuada de várias maneiras, tendo por base a reorganização do território. Aludiu, ainda, que o que estava em causa era uma afronta ao poder local e que não estavam quantificados os benefícios para as pessoas. Disse, igualmente, que os Presidentes de Junta estavam a ser confrontados com a proposta do Governo sem haver condições para efetuar a agregação das Freguesias.-----

A Vereadora, Dra. Ana Cristina Silva concluiu a sua intervenção dizendo, mais uma vez que, na sua opinião, existiam outras formas de efetuar a Reforma Administrativa e que atualmente não existiam condições no País para a mesma ser efetuada e que os Presidentes de Junta estavam numa situação muito difícil, porque não tinham sido mandatados pelas populações para tomar essas decisões de agregação. -----

O Vereador, Dr. Carlos Alberto Nazaré Almeida interveio, congratulando-se com o agendamento da reunião de Câmara para debate do tema sobre a Reforma Administrativa, enaltecendo também o trabalho notável elaborado pelo gabinete técnico do Município, em colaboração com os Presidentes de Junta, sob orientação do Eng.º Lopes Candoso. Referiu-se, ainda, à oportunidade da apresentação do processo por parte do Governo, referindo que o mesmo surgia cerca de quarenta anos após o vinte e cinco de abril de 1974 e contra o Poder Local, dizendo que fora uma das maiores vontades da revolução de abril, em conjunto com as Juntas de Freguesia, considerando-as extremamente importantes. Aludiu, ainda, à situação económica do País e à necessidade de mais proximidade junto das populações, dizendo que a Reforma Administrativa foi apresentada na pior altura. Manifestou, também, o seu total repúdio pela apresentação da proposta da Reforma Administrativa, dizendo que a mesma era inconstitucional, justificando tal facto com um documento emanado pela Associação Nacional de Municípios. Disse, também, que a Lei sobre a criação de Freguesias estava em vigor, não tinha sido revogada. -----

O Vereador, Dr. Carlos Nazaré na sua intervenção citou as palavras do Presidente da Assembleia Municipal, Dr. António Arribança, na última reunião da Assembleia Municipal, dizendo *“Que esta Reforma Administrativa não*

## ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA DE 29 DE MARÇO DE 2012

*prestava*”, pois não se percebe como é que a administração se pode tornar mais eficiente afastada dos cidadãos. Referiu mais uma vez que a proposta apresentada era um ataque ao Poder Local, no caso em concreto aos mais fracos, designadamente às Freguesias. Aludiu, ainda, que inicialmente se falara em reorganização de Municípios e que atualmente só era feita referência às Freguesias. -----

Na sua intervenção o Vereador, Dr. Carlos Nazaré disse que a reforma apresentada era contra as populações, tendo em conta que a mesma não apresentava mais-valias, não obstante considerar que era necessário a realização de uma reforma, contudo devia de ser efetuada com mais calma e mais ponderação, referindo-se também à criação de regiões administrativas conforme consta na Constituição da República Portuguesa. Disse, ainda, que a reforma devia ser feita, em simultâneo, com as freguesias e com o respetivo quadro de competências aprovado, com uma nova Lei das Finanças Locais e uma Lei eleitoral adaptada a todo o processo. O Vereador, Dr. Carlos Nazaré defendeu uma reforma total e não parcelar, dizendo que estavam a atingir aqueles que em nada tinham contribuído para o agravamento do défice público.

Concluiu a sua intervenção, dizendo que não existiam razões para a Reforma Administrativa apresentada pelo Governo avançar, subscrevendo a primeira parte da posição da Presidente da Câmara relativamente à não apresentação de qualquer proposta de Reorganização Administrativa para o Concelho de Rio Maior. No entanto, sugeriu que fosse manifestado total repúdio face à inconstitucionalidade da Lei apresentada, tendo, ainda, em conta que a mesma não serve os interesses do Concelho de Rio Maior. -----

O Vereador, Dr. Silvino Sequeira interveio tendo começado por referir que acompanhava com especial atenção o assunto em epígrafe. Aludiu, ainda, ao tempo em que fora Deputado da Assembleia da República, dizendo que assistira e participara na criação de Freguesias e, mais recentemente, na sua breve passagem pela universidade, fizera vários trabalhos sobre o exercício do Poder Local, nomeadamente, sobre as Juntas e Assembleias de Freguesia, por via da criação dos Centros Escolares e da extinção das Escolas Primárias tradicionais. O Vereador, Dr. Silvino Sequeira, manifestou o seu estado de

## ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA DE 29 DE MARÇO DE 2012

espírito dizendo o seguinte: *“Eu acho que o passo seguinte vai ser o Governo, tendo em conta que não há Governadores Civis, nomear o Presidente da Câmara e o Regedor das Freguesias.”* Disse, também, que os Presidentes de Câmara eram eleitos, independentemente do seu estatuto social e económico, ou seja, eram as pessoas que a população entendia serem melhores para defenderem os seus interesses. Referiu, no entanto, tendo em conta os últimos acontecimentos, que o passo seguinte era nomear quem tivesse poder económico e estivesse bem na vida para exercer o cargo de Presidente de Câmara ou Regedor, porque assim o Estado não tinha despesas, ao invés do que acontecia atualmente. -----

O Vereador, Dr. Silvino Sequeira na sua intervenção, disse, também, que subscrevia o que fora dito pela Vereadora, Dra. Ana Cristina Silva e pelo Vereador, Dr. Carlos Nazaré, referindo também que, na sua opinião, a Reforma Administrativa não tinha qualquer sentido, independentemente, de ainda não ter sido publicada a nova Lei das Competências para o Poder Local, a nova Lei das Finanças Locais e uma nova Lei Eleitoral. Aludiu ainda às vantagens que a criação de novas Freguesias trouxera às populações em geral, dando como exemplo os diversos equipamentos a que as mesmas passaram a ter ao seu dispor, dizendo também que as denominadas “Freguesias Mãe” não se sentiram penalizadas por terem ficado sem o território e sem a população que dera origem à criação de outras Freguesias. -----

Ainda no uso da palavra, o Vereador, Dr. Silvino Sequeira referiu que o Governo aquando da apresentação da Reforma Administrativa, não se referira aos fundos comunitários, tendo em conta os programas de coesão social e territorial que os mesmos possuíam e que poderiam ajudar na criação de novos territórios. Aludiu, ainda, ao apoio que os fundos comunitários poderiam ter na construção de novos equipamentos, tendo em conta a aglomeração de Freguesias por parte do Governo e que os mesmos podiam aliviar o sentido de perda por parte das populações. -----

Continuou a sua intervenção, dizendo que existia uma ideologia por detrás de todo o processo de Reorganização Administrativa, citando as palavras do Vereador, Dr. Nuno Malta, quando o mesmo se referira às teorias dos economistas. Logo de seguida, deu o exemplo da teoria da aglomeração na

## ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA DE 29 DE MARÇO DE 2012

vida económica, isto é, do agrupamento das indústrias no mesmo local e espaço, para restringir os vencimentos dos trabalhadores, porque havia muitas pessoas e, entre as empresas que encerravam ou iniciavam nova atividade, poupava-se muito dinheiro. Aludiu, ainda, à desertificação que a teoria da aglomeração provocara no País, do ponto de vista social, dando como exemplo os anos 60 e 70, em que houvera a fuga de população do interior para os grandes núcleos populacionais, onde existiam grandes indústrias. -----

Na sua intervenção, O Vereador, Dr. Silvino Sequeira congratulou-se, também, com a posição tomada pela Presidente, em respeitar a vontade das pessoas, dizendo ser um bom sinal de vivência democrática em Rio Maior, subscrevendo também o que o Vereador, Dr. Carlos Nazaré dissera anteriormente, no que respeita à realização da reunião para a discussão do tema em epígrafe, salientando a sua importância face á discussão gerada por todo o Executivo, não somente pela maioria. Deu ainda os parabéns às pessoas que elaboraram o documento apresentado referente ao assunto em epígrafe, dizendo que o mesmo era precioso, tendo em conta que continha uma “radiografia” muito importante sobre o Concelho de Rio Maior, referindo que o mesmo podia ser aproveitado por quem quisesse estudar o Concelho de Rio Maior, tendo em conta a fonte de informação que continha. -----

Concluiu a sua intervenção dizendo que qualquer Partido Político, independentemente, da sua ideologia, não devia de subscrever a Reforma Administrativa apresentada pelo Governo, porque a mesma representava uma violação aos direitos ganhos pelos portugueses através da existência do Poder Local. Disse, ainda, que o segundo documento apresentado pelo Governo sobre a Reforma Administrativa já remetia para as Assembleias e Juntas de Freguesia para se pronunciarem sobre o assunto. -----

Aludiu, ainda, às palavras que os responsáveis do FMI – Fundo Monetário Internacional, disseram em relação à Grécia e por extensão a Portugal, ou seja, que as medidas de austeridade tinham sido exageradas e que caso o programa de ajuda fosse decidido hoje, não seria tão radical, dizendo que, na sua opinião, os governantes deviam de pensar mais nas pessoas e deixar um pouco de parte o “défice”, não obstante, o mesmo ser importante. Afirmou mais

## ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA DE 29 DE MARÇO DE 2012

uma vez e em forma de conclusão que o processo de Reforma Administrativa apresentado era um atentado à vida das pessoas e à vivência cívica. Aludiu, ainda, ao documento de trabalho apresentado pela Assessora, Dra. Anabela Leal, dizendo subscrever quase a totalidade do texto. Referiu-se, também, à Presidente de Junta de Freguesia da Ribeira de S. João e à referência feita à constituição da sua Freguesia e aos bons resultados que a mesma proporcionara à sua população. Disse, igualmente, que não gostaria de estar na posição de eleito de uma Junta de Freguesia, tendo em conta a responsabilidade que possivelmente iam ter no processo da Reforma Administrativa, ou seja, na eventual extinção da sua Freguesia. -----

O Vereador, Dr. Nuno Malta interveio tendo começado por referir que o agendamento da reunião de Câmara em epígrafe demonstrava que a Presidente da Câmara era uma verdadeira líder democrata. Logo de seguida disse que concordava com muitas das intervenções dos Vereadores e que estava totalmente solidário com as palavras proferidas pela Presidente da Câmara na Assembleia Municipal Temática, em que a mesma dissera que a Câmara estava sempre do lado das populações. Referiu, ainda, que a Reforma Administrativa proposta era necessária, não obstante, poder ser efetuada de outra forma, disse que era uma obrigação, tendo em conta o acordo internacional com a União Europeia. Aludiu, ainda, às questões constitucionais da proposta apresentada pelo Governo, dizendo que o diploma ia ser fiscalizado pelo Presidente da República e caso fosse necessário, evidentemente, era enviado para o Tribunal Constitucional para que o mesmo se pronunciasse. -----

O Vereador, Dr. Nuno Malta, referiu, ainda, que no processo da Reforma Administrativa tinham de ser salvaguardadas duas preocupações fundamentais, haver maior incidência na agregação de freguesias urbanas e, também, grande contenção nas freguesias rurais, para que a identidade local das mesmas fosse preservada, nomeadamente, o nome. Disse, também, ser importante garantir a equidade e a justiça da mesma, dizendo, ainda, concordar com o que fora referido pelos Vereadores, isto é, que a reforma era um ónus muito pesado para os Autarcas, dizendo mesmo que era um “fardo” muito complicado de carregar. -----

O Vereador, Dr. Carlos Fernando Frazão Correia interveio começando por relembrar um episódio dos seus tempos de estudante na Faculdade de Coimbra, nos anos 70, designadamente 1973, 1974 e 1975, dizendo que o Poder Local não existia e que os estudantes e o povo, em conjunto com as Forças Armadas, procederam durante muitos fins-de-semana à abertura de caminhos, à recuperação de represas, independentemente das suas ideologias. Referiu, ainda, que existiam pessoas que a vinte ou trinta quilómetros de distância, nunca se tinham deslocado a Coimbra. Aludiu também, o que fora a criação do Poder Local, dando como exemplo o aparecimento de máquinas para a abertura de estradas e acessos, em que as pessoas ficaram deslumbradas com tais factos, tendo em conta que os mesmos lhe proporcionavam uma melhor qualidade de vida, atendendo ao encurtamento de distâncias entre populações e localidades. -----

Continuou no uso da palavra, dizendo que fora uma época marcante, que as mesmas começavam a perceber a importância do Poder Local nas suas vidas. O Vereador, Dr. Carlos Frazão aludiu, também, à adesão das pessoas às eleições locais, após o vinte cinco de abril de 1974, dizendo que tal facto fora transversal a todo o País. Logo se seguida referiu-se à atual contestação contra o Poder Local, tendo em conta a ideia que fora criada acerca dos Autarcas a nível nacional, que só sabiam gastar o dinheiro que tinham e o que haviam de conseguir. -----

O Vereador, Dr. Carlos Frazão na sua intervenção, referiu-se também à criação dos quadros comunitários de apoio e ao esforço que os Autarcas efetuaram ao longo dos anos para que os seus Concelhos usufríssem do maior número de verbas. Referiu-se, ainda, a um grupo de pessoas que se tinha associado, aquando do processo de constituição da Freguesia de S. João da Ribeira. Aludiu, ainda, às Freguesias existentes no Concelho de Rio Maior, independentemente do número de eleitores e/ou moradores e do partido político que representavam, face ao trabalho que tem vindo a ser desenvolvido, ou seja, um trabalho de proximidade no sentido de aumentar a qualidade de vida das suas populações, salientando que ao longo dos anos os Autarcas eleitos tinham tido um espírito de missão e de sacrifício, e muitos deles, durante algum tempo, prescindiram das senhas de presença a que tinham

## ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA DE 29 DE MARÇO DE 2012

direito e que tal facto fora transversal a todo o País e que o concelho de Rio Maior não era exceção. -----

Na sua intervenção, o Vereador, Dr. Carlos Frazão, também se referiu ao desenvolvimento do Concelho de Rio Maior ao longo dos anos, dizendo que tal facto só tinha sido possível devido à existência do Poder Local, à excelente colaboração das Juntas de Freguesia e das suas populações. Disse, ainda, que, antigamente, a conclusão de qualquer obra era motivo de comemoração e de festa, através de um convívio, como forma de agradecimento pelo empenho e motivação de todos os envolvidos. Logo de seguida disse que o passado e a história marcavam as pessoas. -----

O Vereador, Dr. Carlos Frazão disse, ainda, que não era contra a Reforma Administrativa, mas que qualquer reorganização devia de contar com o apoio dos interessados, ou seja, da população, referindo-se ainda às palavras da Presidente da Câmara na Assembleia Municipal Temática, em que a mesma dissera que a Reforma Administrativa devia de ser efetuada com a colaboração das populações. Aludiu ainda que, na sua opinião, enquanto Eleito Local, a Câmara não devia de tomar qualquer tipo de posição, reportando-se à expressão utilizada pela Vereadora, Dra. Sara Fragoso, ou seja, devia tomar uma não posição. Referiu ainda que se a Assembleia Municipal, após uma tomada de posição, decidisse enviar o assunto para a Câmara, defendia a mesma posição que acabara de expressar. -----

No entanto, o Vereador, Dr. Carlos Frazão, manifestou a sua preocupação, no que respeita à Reforma Administrativa, independentemente, do apoio assinado com a “Troika”, dizendo que a mesma não era oportuna, tendo em conta o clima de tensão social existente no País e que o mesmo poderia eclodir a qualquer momento. Efetuou, ainda, uma chamada de atenção para o relatório dos Serviços de Informação da República, que apontava para um clima social que não era pacífico nem sereno, dando ainda como exemplo o que acontecera em vários países como a Grécia, a França, Inglaterra, entre outros, dizendo esperar que tais factos não acontecessem em Portugal. -----

Concluiu a sua intervenção, dando como exemplo uma família da Grécia em que o casal ficara desempregado, ficando sem condições de manter a sua casa própria, tendo que a abandonar e de ir viver para casa dos pais, perfazendo um

## ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA DE 29 DE MARÇO DE 2012

total de 18 pessoas, incluindo pais, filhos e netos, todos sem qualquer tipo de rendimento. -----

Por último, o Vereador, Dr. Carlos Frazão referiu, mais uma vez, que atualmente não era apropriado efetuar a Reforma Administrativa proposta pelo Governo, não obstante o acordo assinado com a “Troika” e que os Municípios que tomassem posição sobre a possível fusão ou agrupamento de freguesias no ano de 2013 iam ser confrontados com as Eleições Autárquicas. -----

O Vereador, Dr. Silvino Sequeira interveio novamente, aditando à sua anterior intervenção, que a teoria da aglomeração podia justificar a extinção de serviços da EDP e de alguns serviços dos Correios e que aquando de um processo de privatização, seria desejável para quem estivesse interessado, saber se iam ser extintos alguns dos serviços, nomeadamente, na zona interior do País, dizendo que por tais razões não podia concordar com a Reforma Administrativa proposta pelo Governo. -----

O Vereador, Dr. Carlos Nazaré interveio novamente e em forma de conclusão, referiu que todo o Executivo estava de acordo em não apresentar qualquer proposta de Reorganização Administrativa para o Concelho de Rio Maior e que podia ainda ser aditado mais um ponto, nomeadamente, de repúdio contra a proposta apresentada. -----

A Presidente interveio e em resposta ao Vereador, Dr. Carlos Nazaré disse que, na sua opinião, e em relação ao segundo ponto sugerido, a Câmara devia de aguardar a publicação da Lei, tendo em conta que até ao dia seguinte ainda podiam ser enviadas propostas pelos partidos para posterior discussão na especialidade. Logo de seguida, a Presidente deu algumas sugestões para a deliberação de Câmara a tomar pelo Executivo, tendo em conta as negociações com a Associação Nacional de Municípios e a Associação Nacional de Freguesias, dizendo que o que estava em discussão era uma proposta que já tinha sofrido alterações, dizendo mais uma vez que a Câmara devia de aguardar a Lei definitiva. Reportou-se, ainda, à sua posição na Assembleia Municipal Temática, no sentido da Câmara não apresentar nenhuma proposta, lembrando que na fase de discussão a Câmara podia

## ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA DE 29 DE MARÇO DE 2012

sempre ser consultada pela Assembleia Municipal. -----  
Concluiu a sua intervenção dizendo que após a publicação da Lei, ainda havia 90 dias para reclamar e que a posição dos Presidentes de Junta podia sair reforçada tendo em conta as propostas apresentadas e discutidas. -----

O Vereador, Dr. Carlos Frazão interveio novamente, dizendo entender perfeitamente a posição de todos, nomeadamente, a posição do Vereador, Dr. Carlos Nazaré relativa ao repúdio sobre a proposta apresentada. -----  
No que respeita à não apresentação de qualquer proposta de reorganização administrativa, o Vereador, Dr. Carlos Frazão disse que a posição era unânime, sugerindo, contudo, que a deliberação a ser tomada pelo Executivo, devia ser no sentido da Câmara aguardar a publicação da Lei em definitivo, tendo em conta que ainda podiam ser apresentadas propostas até ao dia de amanhã e também, atendendo às negociações encetadas com a Associação Nacional de Municípios e a Associação Nacional de Freguesias, tal como fora referido pela Presidente da Câmara. -----

O Vereador, Dr. Carlos Nazaré interveio mais uma vez, concordando com a proposta apresentada pelo Vereador, Dr. Carlos Frazão, no sentido de *“não ser apresentada qualquer proposta de Reorganização Administrativa para o concelho de Rio Maior, porque o atual enquadramento não serve os interesses locais”*, justificando, assim, a posição assumida. -----

O Vereador, Dr. Silvino Sequeira interveio novamente, dizendo que independentemente da posição da Associação Nacional de Freguesias e da Associação Nacional dos Municípios Portugueses, era totalmente contra a Reforma Administrativa apresentada pelo Governo, respeitando a opinião que outros possam ter, não obstante, admitiu dar a sua concordância, caso o Governo apresentasse outra proposta de reorganização, realçando, contudo que estava contra a proposta que se encontrava em discussão.-----  
Concluiu a sua intervenção, referindo que a proposta final ainda estava na fase de negociações e que ainda podiam haver algumas cedências. -----

A Presidente interveio e em resposta ao Vereador, Dr. Silvino Sequeira, referiu

ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA DE 29 DE MARÇO DE 2012

que o fundador do Partido Social Democrata afirmara um dia que *“acima dos Partidos estavam as pessoas”*, dizendo, assim, que tinha sido eleita pela população do Concelho de Rio Maior. -----

A Presidente aludiu, ainda, que caso a Assembleia Municipal solicitasse à Câmara que se pronunciasse sobre alguma proposta apresentada por uma ou mais Junta de Freguesia, que no limite poderia mudar a sua posição, tendo em conta a vontade das populações. -----

O Vereador, Dr. Carlos Frazão interveio novamente, dizendo que, na sua opinião, existia um pequeno equívoco, que o que estava em discussão era a Câmara tomar ou não uma posição relativamente à Reorganização Administrativa, dizendo que não fazia sentido o Executivo pronunciar-se sobre a referida proposta. -----

Concluiu a sua intervenção, dizendo que a Câmara se devia pronunciar somente sobre o tema que fora agendado para a reunião de Câmara e nada mais. -----

A Câmara deliberou por unanimidade, não apresentar qualquer proposta de Reorganização Administrativa para o concelho de Rio Maior. -----

O Vereador, Carlos Alberto Nazaré Almeida, fez a seguinte declaração de voto, oral: -----

***“Votei favoravelmente esta proposta, porque efetivamente o projeto aprovado pelo Governo não serve os interesses das populações. Lamento que a maioria não tenha aceitado como ponto 2, o repúdio manifesto pelo documento emanado, porque ele é inconstitucional, não serve os interesses das populações e é feito à revelia do Poder Local.”*** -----

O Vereador, Dr. Silvino Manuel Gomes Sequeira, fez a seguinte declaração de voto, oral:-----

***“Votei favoravelmente este ponto, porque entendo que aquilo que nos é apresentado é um atentado a uma das maiores riquezas que o 25 de abril nos deixou, ou seja, o exercício do Poder Local. Lamento também que não tenha sido possível ser tomada***

ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA DE 29 DE MARÇO DE 2012

*aqui, uma decisão de repúdio total pelo documento que é apresentado.” -----*

O Vereador, Carlos Fernando Frazão Correia, fez a seguinte declaração de voto, oral:-----

*“Votei favoravelmente esta proposta, porque acima dos interesses dos Partidos, na minha opinião, sempre esteve e estará os interesses das populações. Não concordo com esta Reforma Administrativa, acho que é fundamental existir uma reforma para o País e penso que a mesma terá que ser muito mais abrangente, não terá só a ver com a redução do número de freguesias, mas também com a redução do número de Municípios. Não podemos esquecer, que nesta reforma, ou seja, que esta divisão do território vem do século dezanove.” -----*

**ENCERRAMENTO**

Quando eram treze horas e trinta e cinco minutos a Presidente, Dr. Isaura Morais a presidir, deu por encerrados os trabalhos desta reunião, da qual se lavrou minuta para os efeitos imediatos e a presente ata, a qual vai ser assinada pela Presidente da Câmara e por mim, Maria de Lurdes Martins Violante, Chefe de Divisão da Unidade Administrativa e Recursos Humanos, que a redigi. -----

A PRESIDENTE DA CÂMARA:\_\_\_\_\_

A CHEFE DE DIVISÃO DA UNIDADE ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS:\_\_\_\_\_